



A PESQUISA NACIONAL SOBRE REPRODUÇÃO HUMANA

ELZA BERQUÓ

Em um trabalho multidisciplinar de equipe aonde nem todas as idéias discutidas no dia a dia acabam materializadas em textos, a tarefa de síntese ora proposta pode levar a injustiças pela não citação explícita de seus autores.

Por outro lado, o manuseio de certos trabalhos elaborados dentro da Pesquisa podem nos levar a um tal grau de familiaridade com certas idéias e conceitos que acabamos por incorporá-los deixando, às vezes, sem a intenção de fazê-lo, de citar seus verdadeiros autores. Por tudo isso nos excusamos antecipadamente.

Consignamos, ainda, nossos agradecimentos a Paul Singer, Bolivar Lamounier, Juarez Brandão Lopes, Vilmar Faria e Candido Procópio Ferreira de Camargo pela ajuda recebida ao elaborar estes capítulos.

1 - APRESENTAÇÃO

Uma análise teórico-crítica das pesquisas de fecundidade conduzidas na América Latina (*) nas duas últimas décadas leva, sem dúvida, à convicção de que quase todas não conseguiram atingir um nível explicativo do comportamento reprodutivo dos grupos populacionais estudados. Esta limitação se deveu em grande parte ao fato de que ou as pesquisas não possuíam referenciais teóricos que as precederam, ou se assentaram em pressupostos teóricos que não foram capazes de dar conta dos resultados contraditórios surgidos em uma análise de fecundidade comparada.

A grande maioria das pesquisas partindo apenas de levantamentos por amostragem, com amostras de mulheres em idade reprodutiva, centraram a análise num plano de tipo diferencial sócio-econômico-cultural, e a dicotomia "tradicional-moderno" aparece como mola mestra para explicar os diferenciais encontrados nos níveis de fecundidade nas diversas regiões consideradas, sem um vínculo profundo entre os achados e o contexto histórico-estrutural em que os atores desempenham seus papéis.

Além disso, a metodologia de coleta de informações que caracteriza a quase totalidade desses estudos leva a um descompasso entre a conduta reprodutiva e os indicadores sócio-econômicos, uma vez que estes últimos se referem a um único momento na escala contínua do tempo - o momento da entrevista - enquanto que o comportamento reprodutivo se caracteriza como um processo que se realiza ao longo de toda a vida dos indivíduos.

A Pesquisa sobre Reprodução Humana no Brasil, cujo projeto é a resultante de um esforço teórico-crítico de toda uma equipe multiprofissional, pretende ser uma contribuição que busca superar várias das limitações contidas nas abordagens convencionais do problema, tentando situar a reprodução humana dentro de cada contexto concreto de nossa realidade. Ao fazê-lo certamente incorreremos em outras tantas limitações e imper

(*) Veja-se a respeito: Revisión Crítica de los Estudios de Fecundidad en América Latina. Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1974.

feições, inclusive de natureza metodológica, mas a tarefa é estimulante exatamente pela grande quantidade de problemas que desde logo se colocam.

Esta Pesquisa é conduzida sob a responsabilidade direta do CEBRAP, contando com a colaboração de alguns pesquisadores do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional da Universidade de São Paulo.

O Projeto conta com o apoio financeiro do International Development Research Centre do Canadá, The Population Council dos Estados Unidos e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Brasil.

2 - OBJETIVOS

O grande número de trabalhos teóricos produzidos pela equipe da Pesquisa, já amplamente divulgados, dispensam, à nosso ver, que se retome neste momento todas as linhas de pensamento que nortearam de alguma maneira a definição do marco de referência da Pesquisa.

Em resumo, ela objetiva explorar as relações entre o comportamento reprodutivo e as diversas formas de organização da produção presentes no Brasil.

Para tanto, um conjunto de áreas brasileiras será estudado quanto à maneira como se estruturam as formas de organização da produção e, portanto, se constituem e se relacionam as classes sociais.

A Pesquisa não se limita apenas à reconstrução da história sócio-econômica, no sentido usual, e nem ao estudo de tipo survey, mas pretende também alcançar o papel das instituições sociais.

Estando as instituições sociais (igreja, escola, família, saúde etc.) historicamente ligadas à estrutura de classes no sentido de sua existência, forma e distribuição social e espacial, isto deve implicar em diferentes maneiras pelas quais as distintas classes recebem a influência das instituições sobre o comportamento reprodutivo.

3 - ESCOLHA DAS ÁREAS ESTUDADAS

Uma vez definidos os objetivos da pesquisa, a primeira etapa do trabalho foi a de escolher as regiões ou áreas que seriam pesquisadas. Procurou-se desenvolver uma tipologia de regiões que incluísse duas dimensões: a) as formas dominantes de organização da produção em cada região e b) as formas de inserção de cada região na divisão social do trabalho durante o processo de desenvolvimento.

Neste sentido, o primeiro passo consistiu em um estudo de regionalização que permitisse localizar no território nacional os diferentes tipos.

A parte rural esteve a cargo de Juarez Rubens Brandão Lopes (*) que para tanto lançou mão de um método que denominaremos de híbrido-recursivo ou de "feed-back" qualitativo-quantitativo, no sentido de que a partir de idéias teóricas o autor é levado a um tipo de classificação a ser confirmada por dados empíricos (de natureza estatística, monografias de geógrafos, de historiadores e toda e qualquer sorte de material de que pôde lançar mão); o ajuste nem sempre ocorria e os próprios materiais empíricos, por sua vez, determinavam a necessidade de fazer alguns ajustes nas idéias teóricas. O mesmo processo se repetiu inúmeras vezes e ao final Lopes apresenta sua classificação para as regiões brasileiras segundo as duas dimensões já mencionadas.

No que se refere à segunda dimensão distingue sete formas típicas relevantes de inserção de cada região na divisão social do trabalho. São elas:

1. Áreas mercantis:
 - áreas hortigranjeiras
 - áreas comerciais antigas
 - áreas comerciais pioneiras
2. Áreas pouco mercantis:
 - áreas de atividades antigas de subsistência, consorciadas a produto comercial.

(*) Ver: LOPES, Juarez Rubens Brandão - Tipos de Áreas Rurais do Brasil. São Paulo, CEBRAP, 1975. (mimeo).

áreas de atividades recentes de subsistência, consorciadas a produto comercial.

áreas de subsistência antigas

áreas de subsistência recentes.

Os três primeiros tipos de áreas nitidamente mercantis visam explicitar tipo e grau de divisão de trabalho entre o campo e a cidade, onde a recência ou não se refere ao momento em que ocorreu a mercantilização das atividades da área.

Quanto aos quatro últimos tipos de áreas pouco mercantis, o que distingue as consorciadas antigas das recentes, além da ocupação antiga ou recente da área, é o dinamismo menos ou mais acentuado da organização da produção. Para os dois últimos tipos do segundo grupo, a mesma distinção é feita, isto é, as de subsistência recente são áreas ocupadas há pouco tempo por pequenos proprietários do tipo posseiros, enquanto que as antigas se referem a ocupação havida há muito tempo, de terras marginalizadas no sentido das principais atividades agrárias para mercado.

A primeira dimensão da regionalização, isto é, a tipologia de formas de organização da produção agrária proposta por Lopes é uma classificação de unidades econômicas e não de áreas, como o foi a tipologia anterior. Estes tipos de unidades econômicas são quatro(*):

empresa agropecuária capitalista;

latifúndio;

unidade familiar produtora de mercadorias; e

unidade camponesa.

Considerou-se básica a tipologia de unidades econômicas, pois da prevalência de certas combinações típicas de tais tipos decorrem as modalidades diversas de inserção da área na divisão social do trabalho, sob a perspectiva territorial, do país. Assim, acrescia-se a cada uma daquelas modalidades características de relacionamento com o mercado, definindo uma estrutura agrária típica, a preponderância de certos tipos de unidades agrárias, com o que se pode montar o seguinte quadro:

(*) Para uma descrição detalhada dos diferentes tipos ver a obra já citada.

Áreas, segundo a inserção na divisão social do trabalho	Combinação característica de unidades agrárias(1)
1. Hortigranjeiras	EAC e UFPM
2. Comerciais Antigas	EAC, UFPM e L
3. Comerciais Pioneiras	L e C
4. Subsistência consorciadas antigas	L e C
5. Subsistência consorciadas recentes	L e C
6. Subsistência antigas	C
7. Subsistência recentes	C

(1) EAC: Empresa Agropecuária Capitalista; UFPM: Unidade Familiar Produto ra de Mercadorias; L: Latifúndio; e C: Unidade Camponesa.

Note-se que a estrutura agrária de áreas típicas caracteriza-se, concomitantemente, pela preponderância de dados tipos de unidades agrárias e por certa forma de inserção no mercado, bem como processos, mais ou menos recentes, de povoamento, de vinculação da área ao mercado, ou de sua marginalização, com a decadência de produtos comerciais (geralmente de exportação).

O procedimento seguido, a partir da elaboração de tal concepção de estruturas agrárias típicas, foi classificar pequenas regiões, as 360 micro-regiões homogêneas(*) em que se divide todo o país, - segundo as formas de inserção na divisão social do trabalho e, depois, para certas regiões (Estados ou áreas menores) de relativa homogeneidade, no que dizia respeito a este primeiro critério, passou-se a analisar com outros dados, a combinação de tipos de unidades agrárias que as caracterizava. Comprovada dessa maneira a utilidade da metodologia, procurou-se pequenas áreas (municípios) que mais caracteristicamente exibissem os traços de cada um dos sete tipos de estrutura agrária definidos pela conjunção dos dois critérios usados, do relacionamento das áreas com o mercado e o das formas de unidades agrárias.

Chegou-se assim a uma lista de municípios que exemplificavam as sete áreas rurais típicas definidas (dois ou três municípios sendo determinados provisoriamente para cada tipo). (Deve-se assinalar que, embora modificada posteriormente a tipologia rural - ao combinar-se com a tipo

(*) O espaço homogêneo definido como "formas de organização em torno de produção" foi expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos, conforme IBGE - Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas, 1968. Rio de Janeiro, 1970.

logia urbana, numa única, mais simplificada, como explicado adiante - os pon-
tos rurais finalmente escolhidos satisfazem ainda os principais tipos origi-
nalmente propostos.)

A tipologia urbana foi elaborada por Vilmar Faria(*) baseada inicialmente em três dimensões:

- 1 - posição da cidade no sistema urbano;
- 2 - especialização funcional da cidade em sentido amplo;
- 3 - características da dinâmica demográfica da cidade.

A hierarquia urbana foi definida a partir de um marco teórico de fundo nêo-clássico, segundo o autor. Com esta visão é introduzida na análi-
se uma variável que mede o grau de diferenciação do equipamento urbano, defi-
nido como o conjunto de bens oferecidos por um aglomerado urbano, estando im-
plicito o conceito de "amplitude de um bem" que pode ser medida pela distân-
cia que um consumidor está disposto a viajar para consegui-lo.

No que tange à segunda dimensão, a base teórica se situa na-
queles tipos de abordagens de natureza histórico-estrutural. Diz Faria: "o pon-
to de partida está nas discussões a respeito da coexistência articulada, numa
mesma unidade político-territorial (formação econômico-social) de diferentes
'modos de produção'".

Com muita cautela e ressalvas que vão desde considerações teó-
ricas sobre "modos de produção" versus "formas de organizar a produção" até co-
locações sobre as limitações na eleição de indicadores, dada a escassez de da-
dos disponíveis, e esclarecendo que a discussão que oferece é "esquemática e
os procedimentos empíricos são indiretos e aproximados", o autor propõe uma
classificação de três tipos de organização da produção, em termos de capacida-
de de emprego. São eles:

- a) a organização capitalista;
- b) a produção simples de mercadorias ou onde predominam os
trabalhadores autônomos;
- c) produção para o auto-consumo ou "economia doméstica".

A simplificação introduzida não resolve de todo o problema que
ainda permanece expresso na dificuldade em definir indicadores que reflitam
teoricamente o que deles se espera, e ainda mesmo quando este é o caso subsís-
te o entrave de encontrar um indicador, ou os ingredientes que o compõem, pu-
blicado e disponível, em nível de desagregação desejável, isto é, municipal.

(*) Ver: FARIA, Vilmar - Uma Tipologia Empírica das Cidades Brasileiras - (uma
análise preliminar). São Paulo, CEBRAP, 1975. (mimeo).

Com tudo isso em mente, Faria propõe, para caracterizar o predomínio das relações capitalistas de produção, os indicadores: consumo de energia elétrica e o emprego na indústria de transformação. Quanto ao setor de produção simples de mercadorias, propõe os indicadores: proporção no total de indústrias que empregam menos de 5 pessoas e o volume de pessoas dependentes da prestação de serviços e do comércio de mercadorias sobre o total da população do município. A fim de tentar contornar a sobreestimação desses indicadores, introduz indicadores de índole sócio-econômico tais como nível de escolaridade, número de leitos hospitalares por habitante, número médio de habitantes por cômodo etc.

Não introduz nenhum indicador que dimensione diretamente o setor de produção para o autoconsumo pela grande dificuldade encontrada em explicitá-lo.

Estes indicadores conjuntamente com os já mencionados para dimensionar o posicionamento da cidade no sistema urbano, acrescidos daqueles natureza mais propriamente demográfica, constituem o conjunto das 29 variáveis com que trabalhou o autor a fim de cobrir as três dimensões consideradas inicialmente.

Tomando como unidades de análise, municípios brasileiros que, de acordo com o Censo de 1970 tinham, à época, uma população de pelo menos 30 000 pessoas(*), e utilizando de uma análise fatorial consegue identificar oito fatores que explicam aproximadamente 73% da variação total contida no conjunto das variáveis. Esses fatores permitiram identificar as seguintes dimensões:

<u>FATORES</u>	<u>DIMENSÃO</u>	<u>% EXPLICADA DA VARIACÃO TOTAL</u>
I, III, V e VIII	<u>Sócio-Econômica</u> nível de desenvolvimento da cidade tipo de emprego predominante especialização funcional	40%
II, IV e VI	<u>Demográfica:</u> crescimento vegetativo migração	29%
VII	Difícil de especificar	4%

A seguir, classifica os 229 municípios brasileiros segundo a dimensão sócio-econômica, uma vez que a demográfica seria o próprio objeto de estudo das cidades após a tipificação e não deveria ser, portanto, utilizada a priori. Com isto consegue 8 tipos, se levados em conta apenas os fatores I, III e V, ou 16 tipos quando incorporado o fator VIII. Um resumo da caracterização desses 16 tipos encontra-se no quadro seguinte.

(*) Os 229 municípios satisfazendo esta condição representam 60% da população urbana do país.

TABELA 1 - Tipologia das Cidades Brasileiras

TIPOS	SINAL DAS NOTAS OBTIDAS PELOS MUNICÍPIOS QUANDO OS FATORES FORAM DICOTOMIZADOS NA NOTA ZERO COMO ORIGEM			CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES DE CADA TIPO	SUBDIVISÃO DE ACORDO COM O FATOR VIII IMPORTÂNCIA DA POPULAÇÃO VIVENDO NA ÁREA RURAL	CARACTERÍSTICAS ALÉM DAS ANTERIORES	EXEMPLOS TÍPICOS
	FATOR I Status sócio-econômico	FATOR V Prestação de serviços	FATOR III Administração				
Tipo A	+	+	+	Cidades funcionalmente diferenciadas e de status alto com administração pública desenvolvida	Tipo A1	Cidades que se encontram em municípios com base agrícola importante	Santa Maria (RS) Guaratinguetá (SP)
					Tipo A2	Municípios das capitais estaduais que possuem base industrial ou mais antiga ou em desenvolvimento na década dos 60	Recife (PE) Rio de Janeiro (GB) Belo Horizonte (MG)
Tipo B	+	+	-	Cidades funcionalmente diferenciadas e de status alto com setor administrativo público relativamente atrofiado	Tipo B1	Cidades cujos municípios tem base agrícola importante e que tem uma indústria em processo de expansão	Uberaba (MG) Barretos (SP) Erechim (RS)
					Tipo B2	Cidades que constituem pólo de desenvolvimento industrial e financeiro	Campinas (SP) São Paulo (SP)
Tipo C	+	-	+	Cidades desenvolvidas apresentando um setor de prestação de serviços atrofiado (em geral porque foram absorvidos por centros dos tipos A2 e B2) e com administração pública desenvolvida	Tipo C1	Cidades com base agrícola importante do tipo "entroncamento ferroviário"	Conselheiro Lafaiete (MG) Três Rios (RJ) Cruzeiro (SP)
					Tipo C2	Cidades industriais próximas de centros dos tipos A2 e B2 mas que não tiveram suas funções de administração pública absorvidas	São Bernardo do Campo (S) São Leopoldo (RS) São João do Meriti (RJ) São José dos Campos (SP)

continua...

continuação da Tabela 1

po D	+	-	-	Cidades desenvolvidas e funcionalmente especializadas.	Tipo D1	Na produção agrícola e agroindustrial	Piracicaba (SP) Santa Cruz do Sul (RS)
					Tipo D2	Na produção industrial	Osasco (SP) Novo Hamburgo (RS)
po E	-	+	+	Cidades mal equipadas com uma estrutura industrial incipiente ou inexistente com um setor terciário "inchado" tanto na prestação de serviços quanto ao emprego nas funções de administração pública	Tipo E1	São cidades que servem de <u>hinterland</u> rural na prestação de serviços	Cuiabá (MT) Governador Valadares (MG) Juazeiro (BA) Campina Grande (PB)
					Tipo E2	Estão em municípios já quase totalmente urbanizados	Fortaleza (CE); Salvador (BA); Manaus (AM); Belém (PA)
po F	-	+	-	Cidades mal equipadas e apresentando especialização na prestação de serviços sem contar com o setor de administração pública	Tipo F1		Vitória da Conquista (BA) Montes Claros (MG) Londrina (PR); Sobral (CE) Guaranhus (PE) Parnaíba (PI)
					Tipo F2	As cidades deste grupo não diferem muito do Tipo F1	Feira de Santana (BA) Juazeiro do Norte (CE) Santarém (PE)
po G	-	-	+	Cidades mal equipadas com a função de prestação de serviços atrofiada ou absorvida por centros próximos, porém com administração pública desenvolvida	Tipo G1	Cidades que parecem possuir indústria extrativa, uma agroindústria ou indústria siderúrgica de tipo tradicional	Paranaguá (PR) Tubarão (SC) João Monlevade (MG) Campos (RJ)
					Tipo G2	Estas cidades parecem constituir o grupo das cidades da periferia industrial	Contagem (MG) Barueri (SP) Nova Iguaçu (RJ) Cidades periféricas que formam a área metropolitana de Recife

continua...

conclusão Tabela 1.

Tipo H			As cidades mais pobres do sistema urbano. São ou cidades dormitório ou centros urbanos dos tipos A2, B2 e C2 ou cidades que servem no vas fronteiras agrícolas ou cidades em regiões que estão recuperando seu dinamismo agrícola há pouco tempo	Tipo H1	Cidades ligadas a municípios com importante população agrícola	Cascavel (PR) Dourados (MT) Alagoinhas (PA) Cachoeiro de Itapemirim (ES) Palmares (PB)
				Tipo H2	Cidades dormitório e cidades que servem à fronteira agrícola mais recente	Alvorada (RS) Mauá (SP) Igaratu (CE) Imperatriz (MA)

Ao final dos estudos de Lopes e Faria acabamos com um total de 30 tipos de áreas: 14 rurais e 16 urbanas. Levando-se em conta que os recursos que se delineavam no horizonte de nossas possibilidades, a curto e a médio prazos, não nos permitiam ir além da consideração de 8 ou 9 áreas, procedeu-se a um reestudo no sentido de, aproveitando as pesquisas supra-mencionadas, conseguir um menor número de tipos. Singer que havia elaborado, no início da Pesquisa, um breve esboço de tipos e a partir do qual surgiram os trabalhos de Lopes e Faria, retomou a tarefa e apresentou uma tipologia simplificada à base das duas já propostas. Como não podia deixar de ser, dados os objetivos da Pesquisa, manteve como uma das dimensões aquela que esteve presente em ambas as tipologias rural e urbana, isto é, as formas dominantes de organização da produção em cada região, acrescida de sua localização urbana ou rural. Com isto, as formas predominantes seriam as seguintes, embora quase sempre na prática, numa dada região elas apareçam combinadas:

capitalista monopolista
 capitalista concorrencial
 produção simples de mercadorias, urbana
 produção simples de mercadorias, rural
 servidão rural.

A segunda dimensão para Singer (*), "parte da constatação de que o desenvolvimento tende de um lado a concentrar atividades econômicas (e população) em certas áreas; que chamamos "de concentração" e do outro a dispersar certas atividades (em geral extrativas ou agrícolas, com a formação de "Fronteiras", na medida em que se expande o sistema de transporte) que determina o surgimento do que chamamos de áreas "de dispersão". Finalmente, há áreas que ficam nos interstícios entre as dos primeiros dois tipos, que tendem a perder atividades (e população). As áreas de concentração são praticamente sempre pólos urbanos de desenvolvimento; ao passo que as áreas de dispersão são quase sempre rurais. As áreas intersticiais tanto podem ser urbanas como rurais".

A consideração conjunta das duas dimensões nos levaria não a 15 possibilidades de tipos mas apenas a 11, uma vez que quatro

(*) Documento interno da Pesquisa.

das situações - área capitalista monopolista e intersticial, área de produção simples de mercadorias de localização urbana e dispersão, área de produção simples de mercadorias de localização rural de concentração e área do tipo servidão rural e concentração - como é óbvio, não teriam sentido. Por outro lado, como a situação - área capitalista monopolista em processo de dispersão - em estado puro seria muito rara no Brasil e, dentro de um certo gradiente, poderia aparecer também em algumas regiões classificadas como capitalistas - concorrenciais em forma dispersa, deixou-se de lado esta combinação. Finalmente, a situação - servidão rural em forma intersticial - também ficou de lado uma vez que, até certo ponto, esta combinação poderia ser encontrada pelo menos em parte, em regiões de produção simples de mercadorias de localização rural e forma intersticial.

Armado o esqueleto da tabela de dupla entrada, o preenchimento de suas caselas com regiões concretas do território brasileiro, foi um trabalho de equipe da Pesquisa, principalmente de Singer, Lopes e Faria. Respeitada a classificação dupla, sempre que possível, procurou-se distribuir as regiões também espacialmente. O resultado é a Tabela 2 que contém as nove áreas que constituem o que chamamos de pontos da Pesquisa.

TABELA 2 - Tipologia das Áreas (Pontos) Escolhidas para a Pesquisa

MODOS DE PRODUÇÃO		INSERÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO		
		Concentração	Dispersão	Intersticial
Capitalista	Monopolista	São José dos Campos (SP)	-	X
	Concorrencial	Recife (PE)	Sertãozinho (SP)	Cachoeiro do Itapemirim (ES)
Produção Simples de Mercadorias	Urbano	Santa Cruz do Sul (RS)	X	Parnaíba (PI)
	Rural	X	Santa Cruz do Sul (RS)	Parnaíba (PI)
Servidão Rural		X	Conceição do Araguaia (PA)	-

X De ocorrência impossível

4 - OS DOIS TIPOS DE ESTUDOS DESENVOLVIDOS EM CADA ÁREA

Para cada uma das nove áreas ou pontos escolhidos, com base na tipologia proposta, dois são os tipos de estudos visualizados; estudo macro-estrutural de toda a área e estudo de uma amostra tomada na área.

4.1 - ESTUDO MACRO-ESTRUTURAL DA ÁREA

Tomada a área como unidade de análise, este estudo visa o conhecimento tão amplo e detalhado quanto possível de sua história econômica e social, da dinâmica demográfica de sua população e da função que as diversas instituições(*) possam ter nos processos de decisão relativos à reprodução humana.

Para efeito da Pesquisa, considerou-se que este estudo deveria, sempre que possível, ser realizado em três níveis de análise:

- a) análise de reconstituição histórica, abrangendo os acontecimentos do período que vai desde a fundação da área até os anos 20;
- b) análise retrospectiva ou diacrônica, que cobre os fatos ocorridos nos últimos 50 anos, isto é, vai desde 1920 e até 1970;
- c) análise transversal ou do presente, que se refere às ocorrências de 1970 em diante.

(*) Na Pesquisa a expressão "instituição" refere-se a organizações sociais duradouras, dotadas de especificidade de objetivos e, geralmente, de sistemas de decisão pelo menos particularmente burocráticos.

Conforme CAMARGO, Candido Procópio. Pesquisas Institucionais e de Política Populacional em Nível Local. CEBRAP, São Paulo, 1974. (mimeo).

4.1.1 - Estudo da Dinâmica Populacional da Área

Tem como finalidade descrever e explicar, em termos demográficos, o ritmo de crescimento de uma área e o papel atribuível a cada um dos componentes da dinâmica observada, isto é, a relevância relativa da mortalidade, da natalidade e das migrações. Isto é conseguido pela consideração de séries temporais de taxas de crescimento da população, de taxas de mortalidade, de taxas de natalidade e de saldos migratórios conjuntamente com a análise diacrônica das pirâmides etárias, da composição urbano-rural do município, da razão de masculinidade e da razão de dependência.

Os recenseamentos do Brasil foram realizados em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970. A data da elevação à categoria de município de cada área é o ponto de partida para a utilização dos censos demográficos, quando aquela data é posterior a 1872. No caso de municípios fundados anteriormente, como é o caso, por exemplo, do Parnaíba (Estado do Piauí), cujo primeiro recenseamento da província foi feito em 1762, se tentará recorrer, sempre que possível e necessário, à demografia histórica. Entretanto, fato comum no contexto brasileiro, é a alteração de um município ou por perdas ou por aquisições territoriais. Por exemplo, o município de Sertãozinho (Estado de São Paulo), um dos pontos da Pesquisa, sofreu desde sua fundação em 1896, sete alterações em seu território até 1953, mantendo-se somente a partir de então inalterado. Como nem sempre é possível a desagregação ou agregação, em termos de população, isto impõe ou que se trabalhe, para efeitos comparativos, com dados agregados ou que se reduza a duração da série temporal para cada um dos parâmetros demográficos já mencionados.

Outro problema a enfrentar neste tipo de estudo é a inexistência ou precariedade de estatísticas vitais, isto é, de nascimentos e de óbitos para anos muito distantes. Quando os dados estão disponíveis, a construção de tábuas de sobrevivência nos permitem fazer projeções populacionais e, portanto, estimar os saldos migratórios, completando o quadro da dinâmica populacional.

4.1.2 - Estudo Sócio-Econômico da Área (*)

O levantamento sócio-econômico objetiva a caracterização geral da área, o conhecimento da evolução sócio-econômica ocorrida na região e a identificação das relações de produção.

O conjunto mínimo de informações necessárias para cumprir os objetivos desse tipo de estudo, é o seguinte:

- Composição setorial do produto da área em estudo.
- Tipos de atividades predominantes na área.
- Estrutura fundiária incluindo: sistema de posse da terra, distribuição das propriedades por tamanho e grau de utilização da terra.
- Pessoal ocupado: número de pessoas e caracterização das ocupações, ocupação atual e anterior, tipo e nível da remuneração do trabalho, tipos de contratos (direitos e obrigações), estrutura ocupacional por idade e sexo e participação do trabalho da mulher nos diversos tipos de atividade.
- Conhecimento da recência e forma de ocupação da área.
- Estudo dos fluxos migratórios.
- Valores da produção e formas de apropriação do excedente.
- Existência de produção artesanal, produção para autoconsumo e grau e extensão da ligação com o mercado regional e nacional.
- Técnicas de produção: verificação dos diferenciais técnicos entre diferentes tipos de atividades (e culturas) e tamanho de estabelecimento.

As informações para o estudo sócio-econômico serão obtidas através de:

a) Fontes Secundárias:

- censos demográfico, industrial e agrícola;

(*) Baseado em documento interno da Pesquisa, elaborado pelos integrantes da Unidade de Estudos Sócio-Econômicos.

- ~ publicações especializadas em estatísticas sociais e econômicas;
- literatura disponível (textos de historiadores, geógrafos etc.)
- ~ trabalhos publicados de pesquisas realizadas na região.

b) Observação Direta:

Com informantes qualificados como empresários, fazendeiros, agrônomos, agente local do IBGE, etc., conhecedores dos problemas da área.

c) Entrevistas Focalizadas:

Com moradores antigos na região e pessoas proeminentes na sociedade local.

d) Entrevistas em Profundidade:

Com pessoas de ambos os sexos, nas várias faixas etárias, com o fim de tentar compreender a relação existente entre o modo como o indivíduo se insere em uma determinada forma de organização da produção, o modo como ele percebe essa inserção e a maneira pela qual, partindo dessa percepção são geradas as perspectivas e organizadas as estratégias de reprodução.

4.1.3 - Estudo das Instituições (*)

Como já foi mencionado páginas atrás, o foco deste estudo está no conhecimento da função que as instituições possam ter no processo de decisão das pessoas quanto à estratégia de reprodução. Operacionalmente isto significa observar, por exemplo, que mensagens ou recomendações são emitidas pelos representantes das instituições? Por que são emitidas por determinado agente? Como são recebidas? São observadas? Se não, por que não? As instituições a serem estudadas na Pesquisa são:

(*) Baseados em documentos internos da Pesquisa de LAMOUNIER, Bolivar. Unidade "Instituições". CEBRAP, 1974, e o de CAMARGO, Candido. Pesquisas Institucionais e de Política Populacional em Nível Local. CEBRAP. São Paulo, 1974. (mimeo).

- unidade de produção econômica;
- família;
- instituições e agentes de atendimento de saúde;
- instituições e agentes educacionais;
- instituições religiosas;
- instituições políticas;
- papel dos meios de comunicação.

Na unidade de produção econômica interessa saber se as empresas têm alguma política definida ou subjacente que possa influenciar os padrões reprodutivos da população, tais como, não empregar mulheres, ou mulheres casadas, ou mulheres com filhos. Tentar pesquisar ainda se, através de serviços especiais, como o de assistência social possuem, ainda que de maneira velada, o planejamento familiar.

A família entendida em um sentido mais amplo que será definido no item 4.2, importa conhecer a distribuição de seus tipos nas classes sociais e seu relacionamento com a organização do sistema produtivo: seus graus de capacidade de legitimação em nível local, considerando diversidades de classe; suas estruturas, em termos de número e composição.

Quanto às instituições religiosas, interessa considerar: - quais as existentes na comunidade e como se distribuem entre as distintas classes da população; - sua estrutura, seu entrosamento com as estruturas nacionais e internacionais e seu relacionamento com a comunidade local. Conhecer suas funções terapêuticas, especialmente em relação a aspectos significativos para a reprodução humana e analisar suas funções educacionais, especialmente em relação ao comportamento reprodutivo.

Para as instituições e agentes de escolaridade cabe considerar as estruturas locais, seu relacionamento com as estruturas municipais, estaduais e nacionais; suas relações com a comunidade; os agentes individuais e suas conexões com a comunidade ou externas; a distribuição de instituições e agentes entre as camadas da população; os graus de escolaridade atingido e seu relacionamento com oportunidades de emprego, conforme um horizonte prático (não ideal e absoluto) na consciência dos educadores e dos que tomam decisões por estes últimos.

As instituições e agentes de atendimento de saúde, serão estudados com o fim de saber quais as instituições e agentes existentes e sua distribuição entre as classes sociais; se há um ordenamento no caso da sucessão de diversos tipos de terapêutica. Verificar especialmente este ordenamento em relação aos problemas que possam afetar a reprodução humana; o grau de institucionalização de cada tipo de terapia, sua estrutura, suas conexões externas (estaduais, nacionais e internacionais) e seu relacionamento com a comunidade local.

No que tange às instituições políticas interessa conhecer a influência de qualquer dos poderes do Estado nas outras instituições, momentaneamente as relativas à saúde e educação; as funções de natureza policial e as influências judiciárias na determinação do casamento e suas formas; o direito positivo, a rede hierárquica judiciária e policial e suas relações com a comunidade local; as formas de coação das estruturas policiais e judiciárias e as suas mensagens significativas para a reprodução humana; as funções dos órgãos securitários e assistenciais, inclusive as cooperativas. Seu relacionamento com instâncias burocráticas superiores e com as classes sociais na comunidade; as maneiras de percepção da ação política, entre as diversas classes da população.

A consideração do papel dos meios de comunicação abrange sua variedade, sua origem, sua distribuição por geração e sexo. No caso de meios originados de fontes diversas da comunidade, analisar se teriam funções de legitimar tendências e mudanças que foram condicionadas por processos internos à vida comunitária.

As informações para este tipo de estudo serão coletadas através de:

a) Fontes Secundárias

- censos demográfico, industrial e agrícola para o cadastramento e estrutura das diversas instituições locais, no presente e no passado;
- jornais, revistas, folhetos etc;
- trabalhos de pesquisa já realizados na região;
- literatura disponível sobre a área;
- Etc.

b) Observação Direta

Com dirigentes de instituições tais como: empresa, escola, serviço médico-hospitalar, instituições religiosas, associações de classe etc.

c) Entrevistas em Profundidade

Com moradores da região de ambos os sexos, nas várias faixas etárias e categorias sociais para tentar captar a prática social real com relação às mensagens recebidas das diversas instituições.

Em cada área, as unidades concretas de uma instituição serão escolhidas obedecendo pelo menos em parte a sua diversidade. Por exemplo, escolas de diferentes graus, públicas e privadas, localizadas em diferentes bairros e dentro de cada uma dessas situações levar em conta professores de diferentes gerações. Dependendo do tamanho da região, medido em termos de sua população atual, a cobertura será exaustiva. Para a observação direta junto aos representantes das várias instituições será elaborado um roteiro sujeito a adaptações locais.

O estudo das instituições transcende o nível local e por isso material histórico e diacrônico será também levantado para o país como um todo a fim de se conhecer o surgimento, a formulação e a aplicação das políticas de população e o papel das várias instituições na determinação dessas políticas.

4.2 - ESTUDO AMOSTRAL DE UMA ÁREA (SURVEY)

O estudo de uma área por amostragem deveria ser precedido pela realização do levantamento macro-estrutural pela simples razão de que esse apontaria elementos fundamentais não só para o delineamento da amostra como para a elaboração dos instrumentos de coleta das informações. De fato, o conhecimento das relações de produção predominantes na área, a identificação de um proletariado rural e sua distribuição espacial tanto no meio rural como na periferia urbana de um município, os diferentes anos agrícolas para os mais variados e importantes produtos de uma região, acoplados com as estações das chuvas e das secas, a sazonalidade das safras produzindo os safristas, são apenas exemplos de informações valiosas para saber onde, como e quando encontrar os indivíduos para a amostra. Da mesma forma, as entrevistas em profundidade deveriam trazer subsídios valiosos para a construção dos instrumentos de coleta das informações, no nível do survey, desde perguntas a serem acrescentadas à lista já previamente elaborada, de acordo com os

objetivos gerais da Pesquisa, mas principalmente sobre a melhor maneira de formulá-las, no sentido do universo de referência dos sujeitos.

4.2.1 - Unidade de Informação

Para efeito do survey ficou definida como unidade de informação um adulto, isto é, um indivíduo, homem ou mulher, com 18 anos ou mais de idade e com qualquer estado civil. Apenas no caso do indivíduo já ter tido algum tipo de união conjugal, ele será considerado, para efeito desta Pesquisa, como adulto, ainda mesmo que tenha menos de 18 anos.

A justificativa dessa escolha para a unidade de informação se prende a diversas considerações.

Em primeiro lugar, a grande maioria dos estudos empíricos de fecundidade consideram como unidade de informação a mulher com algum tipo de união conjugal, isto é, não-solteira, e no período fértil. A adjetivação não-solteira, em geral, significa algum tipo de união pelo menos estável (de de finição difícil, por ser muito subjetiva).

A necessidade ou a vantagem da inclusão também do elemento masculino nos estudos empíricos de fecundidade tem sido apontada com certa frequência, embora, na prática, poucas vezes isto tenha sido feito. A razão que esses estudos dão para tal inclusão decorre da idéia de que os processos de decisão internos à vida familiar, a posição do marido quanto a uso de meios anticoncepcionais, ajustamento sexual etc., são importantes na determinação de padrões de comportamento reprodutivo e na realização de um determinado tamanho planejado ou não de família(*).

Em nosso projeto, tal inclusão se justifica não apenas pelas razões acima citadas, mas por outras, decorrentes do enfoque teórico por nós adotado. De fato, desde que a Pesquisa pretenda vincular as formas de organização da produção a modos de reprodução das populações, "ao nível do indivíduo, é o agente vinculado ao processo de produção que poderá

(*) Ver documento interno da Pesquisa.

PATARRA, Neide Lopes. Algumas considerações sobre critérios de escolha da unidade amostral. São Paulo, 1973. (mimeo).

verbalizar a sua inserção nesse processo produtivo, e a partir de sua inserção, informar as condições de existência por ele vivida" (*).

A inclusão também dos solteiros (em geral jovens) é para permitir uma melhor compreensão dos possíveis e distintos processos de mudanças em curso nas diferentes áreas, quanto a concepções de mundo, projeto ou ausência de projetos de vida que de alguma forma irão determinar uma estratégia de reprodução.

Finalmente, alguns esclarecimentos sobre os limites de idade. Em quase todos os estudos empíricos de reprodução humana, a idade da mulher está definida em um dos conjuntos de idades 15 a 49, 15 a 50, 14 a 49, ou 14 a 50 anos completos.

A consideração destas faixas etárias é uma tentativa de exprimir o período fértil da mulher, isto é, traduzir o intervalo de natureza biológica a idade média na menarca até a idade média na menopausa a partir de cujo extremo inferior a chance de uma concepção é maior do que zero, anulando-se do extremo superior em diante. Quando se pensa na estimação dos extremos do intervalo acima, que nada mais são do que parâmetros biológicos, os estimadores, além da variação biológica a que estão sujeitos, sofrem a influência de outras fontes de variação, tais como etnia, condições sócio-econômicas, culturais e psíquicas.

Com relação à menarca, alguns estudos feitos no Brasil (***) mostram que a idade de 14 ou 15 anos para estimar a idade média na menarca é insatisfatória, pois mais de 50% das adolescentes estudadas, já haviam menstruado com 12 anos de idade.

Quanto ao extremo superior do intervalo, conquanto ele possa satisfazer de forma relativa, do ponto-de-vista biológico, deixa

(*) Idem nota anterior.

(**) Ver documento interno da Pesquisa.

BERQUÓ, Elza. Algumas Considerações sobre a Variável Idade das Mulheres nos Estudos de Fecundidade. CEBRAP, São Paulo, 1973.

de ser adequado quando o estudo visa uma análise comparativa do comportamento reprodutivo em épocas distintas e também da reprodução já encerrada. Nestes casos, é evidente a necessidade de ir além dos 50 anos. De fato, para uma investigação realizada em, digamos, 1970, abrangendo mulheres de no máximo 50 anos, isto nos levaria segundo uma trajetória retrospectiva, somente até 1940. Além disso, ainda mesmo que seja notoriamente conhecido que a chance de uma concepção do ponto-de-vista biológico diminua com a idade mais avançada da mulher, isto não significa que a vida reprodutiva esteja certamente encerrada. Isto nos levou a não colocar um limite superior de idade. Portanto, até agora teríamos para as mulheres, quanto à idade, um intervalo fechado à esquerda e aberto à direita, cujo limite inferior seria a idade na menarca. Entretanto, considerando que uma menina de 12 anos pode ser adulta biologicamente, mas que por ser socialmente ainda menor em nossa cultura deveria apresentar sérias dificuldades no enfrentamento de uma entrevista, optou-se por deslocar este limite inferior de idade para os 18 anos, quando de acordo com a legislação vigente, ela se torna adulta socialmente falando, e captar durante a entrevista, como se verá mais tarde, quando se tratar dos instrumentos de coleta de informações, os dados sobre a idade na menarca (que marca o início biológico da vida reprodutiva para as mulheres) e no início das relações sexuais.

Para os homens usou-se o mesmo intervalo etário, aberto à direita e começando aos 18 anos. Acontece que para o elemento masculino, tanto o início como o término biológico da vida reprodutiva, é de mais difícil identificação. De fato, as primeiras ejaculações não significam necessariamente a presença de espermatozoides no sêmen e mesmo estes podem estar presentes mas serem ainda imaturos, incapazes, portanto, de fertilizarem um óvulo. Por outro lado, não há limites biológicos bem definidos para definir o climatério masculino ou andropausa, onde o fator psíquico desempenha papel muito importante.

4.2.2 - A Unidade de Análise

A unidade de análise poderá ser a própria unidade de informação, a família ou o grupo doméstico.

Entende-se aqui por grupo doméstico o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, afinidade ou vínculo econômico,

que vivem sob o mesmo teto. Em um grupo doméstico podem ser encontradas uma ou mais famílias.

Família é entendida aqui sob o critério de unidade de consumo, isto é, o subconjunto de elementos do grupo doméstico que efetivamente integram e desfrutam de um mesmo orçamento familiar.

4.2.3 - Seleção da Amostra

O procedimento de amostragem proposto é equiprobabilístico com três etapas, isto é, tomando-se como unidade primária de amostragem um setor censitário (*), como unidade secundária um quarteirão (**), e como unidade de terceira etapa um domicílio (***), ele garante que cada domicílio de uma área terá a mesma chance de pertencer à amostra. Esta probabilidade é a fração de amostragem (****) cujo valor depende do dimensionamento global da amostra e também em cada uma das etapas.

-
- (*) Setor censitário: "área básica de coleta; para efeito da coleta das informações do Censo, os Municípios foram divididos em setores censitários. O setor censitário - unidade básica de coleta - constituiu-se de área territorial contínua, situada num só Quadro (urbano, suburbano ou rural), definido por Lei Municipal, do mesmo distrito administrativo".
- (**) Quarteirão: área da zona urbana ou suburbana, limitada por três ou mais vias públicas.
Setores especiais: atendendo aos propósitos de utilização posterior dos setores censitários para realização de levantamentos por amostragem, foram instituídos setores especiais, que corresponderam aos domicílios coletivos (hotéis, hospitais, asilos, quartéis etc.) com capacidade de alojamento para mais de 50 pessoas e aos aglomerados urbanos excepcionais - geralmente conhecidos como Favelas, Mocambos, Alagados e áreas assemelháveis. Com a mesma facilidade, foram adotadas normas que permitiram restringir a variação do número de domicílios em cada setor e facilitar o reconhecimento de seus limites em época posterior à coleta censitária.
- (***) Domicílio: local de moradia estruturalmente independente, formado por um ou mais cômodos, com entrada privativa.
 Por extensão, foram considerados também como domicílios, prédios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estejam sendo utilizados para moradia. Censo 1970.
- (****) Para maiores detalhes da metodologia de amostragem empregada, ver BERQUÓ, Elza. Plano de Amostragem para o Município de São José dos Campos. CEBRAP, 1974, São Paulo.

Vale a pena esclarecer que, como acontece em todo trabalho de amostragem, as informações censitárias básicas precisam ser atualizadas a partir do último censo, 1970, para cada área antes dos sorteios propriamente ditos. Os setores censitários, em número sofrem pouca alteração a não ser em casos especiais, de grande mudança recente na fisionomia de certas áreas urbanas; já o número de domicílios por quarteirão está muito sujeito a alterações por demolições e novas construções. Por isso, via-de-regra, o sistema de contagem rápida de domicílios por quarteirões, deve preceder à segunda etapa no procedimento aqui adotado.

Selecionada a amostra de domicílios pelo processo acima descrito, a escolha da unidade de informação, isto é, de um adulto para cada domicílio sorteado, será feita usando-se o método proposto por Marques e Berquó (*) a partir do grupo doméstico. No caso de existir mais de um grupo doméstico, aplica-se o método para selecionar um dos grupos e depois novamente para selecionar um adulto dentro do grupo sorteado.

O procedimento de amostragem descrito pode ser aplicado sem maiores problemas a áreas urbanas ou algumas situações rurais onde, por força da forma como a produção está organizada, as propriedades rurais e as populações tenham, nos últimos anos, se mantido, mais ou menos estáveis, como é o caso da área rural de Santa Cruz do Sul, situada no Estado do Rio Grande do Sul. De fato, Santa Cruz do Sul é constituída por pequenas propriedades de plantadores de fumo, produto principal da região, secundado pela soja, todos camponeses de origem alemã arraigados na região há muitos anos. Com isso, quase não houve problemas em atualizar para 1975 os mapas dos setores censitários de 1970, antes de se proceder ao levantamento por amostragem da área.

Este, entretanto, não é o panorama de Sertãozinho, município situado no Estado de São Paulo, cuja área rural caracterizada por

(*) MARQUES, Rubens Murillo e BERQUÓ, Elza, Selección de Unidades de Información en Encuestas Demográficas: Un Método para Construir Tablas de Sorteo. Notas de Población, Vol. 8, Año III, 1975.

uma agroindústria açucareira de tipo moderno, com um contingente de operários trabalhando uma parte na usina e outra parte nos canaviais, no plantio, carpa e corte da cana. Uma característica importante é o fato de a maioria dos operários da usina residirem com suas famílias nas terras dos usineiros enquanto que os trabalhadores dos canaviais são obrigados a morar fora, na maioria dos casos, na periferia da cidade de Sertãozinho. Este exemplo salienta bem uma situação em que o contorno do universo de estudo está construído de uma parte que se situa na área rural e de outra que está na cidade. Em um caso como este, será necessário a utilização de um cadastro dos trabalhadores da cana, fornecido pelos usineiros, contendo os domicílios de cada um dos empregados; só a partir daí é que se poderá localizar a parte do universo que está, fisicamente, fora do contorno rural e aí então selecionar os domicílios, e conseqüentemente um adulto.

Um caso ainda mais complexo do ponto de vista do delineamento da amostra é o de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará. Trata-se de um território de ocupação antiga, cuja população há um século era pequena e localizava-se às margens do rio Araguaia. Nos últimos dez anos transformou-se em frente pioneira através da aquisição por parte de empresários principalmente do sul e sudeste do país, apoiados por incentivos fiscais, de grandes glebas de terras, de 100 a 200 mil hectares no Estado do Pará. Os projetos agrícolas desses empresários consistem na derrubada de parte das matas para plantar capim e criar gado, inclusive para exportação, dada a proximidade dessas terras da estrada Belém-Brasília (distância de 100 a 300 quilômetros). Os trabalhadores para a derrubada das matas são originários de Goiás, Piauí, e Maranhão, trazidos pelo "gato" (*) na maioria homens que vêm sem famílias, permanecendo nas fazendas alguns meses para cortar e queimar o mato, limpar o terreno e semear o capim e, findo este trabalho, são, via-de-regra, levados de volta, pois a chuva se encarrega de fazer o capim pegar e crescer. Há outras fazendas que já tem um pasto bem formado e que mantêm pequenas populações estáveis de famílias de trabalhadores cujo chefe é o boiadeiro que cuida tanto do pasto como do gado.

(*) Empreiteiro de turma; (denominação variável conforme a região).

Conceição do Araguaia é constituída por um centro urbano com funções de serviços como hospitais, igrejas, cartórios, escolas e alguma produção extrativa de madeira, e além deste centro estão os núcleos agrários, já referidos, muito distantes uns dos outros e do centro urbano razão porque a comunicação só se faz ou por avião ou por pequenos rios navegáveis, confluentes do Araguaia. Outros núcleos surgiram com o fenômeno da derrubada dessas grandes matas, como é o caso de Redenção e Rio Maria. Do exposto fica claro que o universo de estudo é constituído por um conjunto de pessoas espalhadas por vários núcleos e certamente a amostragem será feita pinçando sub-amostras em cada um deles.

4.2.4 - Instrumentos de Coleta

Como já foi referido na seção anterior, a penúltima etapa da amostragem é a seleção de uma família, que pode se confundir com o grupo doméstico, no caso de haver naquele domicílio apenas uma unidade de consumo. Em havendo mais de uma, já foi também dito, que uma delas seria a selecionada. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que as pessoas que, embora participando de um mesmo grupo doméstico, possuam total independência orçamentária da família do chefe do grupo - aqui denominada família principal - constituem outras unidades de consumo. Portanto, pensionistas e empregados domésticos residentes formam tantas unidades de consumo quantos forem os seus orçamentos independentes(*) e foram denominadas de famílias secundárias.

Para a família selecionada, uma série de informações é coletada via um formulário especial, chamado na Pesquisa de "Grupo Doméstico". Este instrumento visa listar todos os componentes da família, identificando-os através da relação com o chefe do grupo, idade, sexo, situação conjugal e ocupação; além disso coleta dados sobre rendimento mensal, consu

(*) Ver: Manual de Instrução para o Entrevistador. CEBRAP. São Paulo, 1975.

mo, ajuda dada e recebida pelo grupo a outros membros da família que não residam no mesmo domicílio e a divisão do trabalho no domicílio. Estas informações do grupo doméstico podem ser fornecidas ao entrevistador por qualquer membro do grupo que se sinta qualificado para tanto.

A partir da família, é selecionado o adulto(*) que será a unidade de informação para a aplicação dos instrumentos de coleta: História de Vida e Formulário.

A história de vida do ego segue o padrão já amplamente conhecido que começa com o nascimento, chegando até o presente, contendo as informações usuais sobre migração, instrução e a reconstituição da composição e as mudanças havidas no grupo familiar do ego desde que ele nasceu até que se casou ou saiu da casa paterna. Além disso contém toda a sua história reprodutiva desde a menarca (para a mulher) ou início de relações sexuais (para o homem) até a menopausa ou andropausa, respectivamente.

No caso do ego ter ou ter tido uma união conjugal, o instrumento coleta, a partir de informações prestadas pelo ego, capta a história de vida do cônjuge, tão detalhada quanto a daquele e a partir do início de sua união com o ego. Reconstrói, com menos detalhe, também com informações prestadas pelo ego, a história de vida do cônjuge em três momentos de sua vida: anterior à união, ou seja, no nascimento, aos 10 anos (ou quando foi à escola pela primeira vez) e aos 18 anos.

Finalmente, o Formulário visa obter material transversal para explicar ao nível do agente, isto é, da prática real, o funcionamento das instituições no que diz respeito ao comportamento reprodutivo; a existência de planos ou estratégias definidas quanto à reprodução, quanto a dar e receber ajuda dos filhos etc. (**).

(*) Pelo método de seleção de Marques e Berquó, já citado.

(**) Ver formulário em anexo.

